

Presidente

Secretário

**ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE
LAMEGO, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2011, NO SALÃO NOBRE DO
MUNICÍPIO DE LAMEGO**

PRESENÇAS

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes e os senhores vereadores António Pinto Carreira, Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto, Manuel José Carmo Coutinho, e Margarida José César Osório Silva Duarte.

AUSÊNCIAS

Justificada a ausência do senhor Vereador Manuel José do Carmo Coutinho

SECRETARIOU

Assistente Técnico do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Joaquim dos Santos Mateus.

ABERTURA (COD 02)

O senhor presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às 9 horas e 50 minutos.

ORDEM DO DIA

01-ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS, RELATÓRIO DE GESTÃO E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS – ANO 2010 (COD 43)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 165/43/11 do senhor Presidente da Câmara Municipal para que, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 64º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, sejam aprovados os documentos de prestação de contas relativos à Conta de Gerência do exercício de 2010, a qual se encontra instruída de acordo com os documentos que constam do Anexo I da Resolução n.º 04/2001 – 2ª Secção do Tribunal de Contas, de 18 de Agosto, bem como a proposta de aplicação de resultados.

Presidente

Secretário

Mais propõe que, nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, seja remetida à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.

Deliberado: Aprovada por maioria, com os votos a favor do senhor Presidente da Câmara e dos senhores Vereadores António Pinto Carreira, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto e Margarida José César Osório Silva Duarte e o voto contra do senhor Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro.

Ausente o senhor Vereador Manuel José do Carmo Coutinho.

O senhor **Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro** fez a seguinte declaração de voto”

“Pela análise que fazemos aos documentos Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município de Lamego, referentes ao ano de 2010, podemos reter as seguintes constatações e retirar delas as devidas conclusões, a saber:

I – Relatório de Gestão.

1º – Começando pela mensagem do senhor Presidente, realçamos a afirmação de que “as candidaturas sólidas” têm “conseguido angariar fundos importantes” quando verificamos, na respectiva prestação de contas, que dos 18 milhões de euros orçamentados como receitas provenientes dos fundos comunitários apenas se conseguiu realizar, até 31 de Dezembro, pouco mais de 2 milhões e meio de euros. Muito pouco, para suportar tais afirmações, na forma e com a grandiloquência com que é feito.

Mas o que importa verdadeiramente referir é que o Senhor Presidente da Câmara, ao enfatizar a crise grave e difícil que, de facto, vivemos, apenas apresenta uma parte do problema, e não a sua totalidade, uma vez que omite a informação sobre os condicionalismos e limitações que actualmente a Câmara vive, por única e exclusiva responsabilidade da sua gestão ao longo dos últimos anos, já que uma parte da redução da nossa receita se deve à má gestão dos exercícios anteriores, e nada têm a ver com a crise que atravessamos. Esta crise, real e efectiva, que nós não deixamos de reconhecer que existe, e que nos prejudica grandemente, apenas veio antecipar em alguns meses o que seria inevitável que viesse a ocorrer, por força da má gestão do anterior executivo, que o actual continua a copiar, na sua totalidade.

Presidente

Secretário

2º - Os níveis que diz serem “desejáveis” de endividamento junto dos nossos fornecedores, é bom que não esqueçamos que já eram de mais de 16 milhões de euros em 2009, sendo reduzidos para menos de 10 milhões por força do programa “Pagar a Tempo e Horas”, promovido pelo Governo do Partido Socialista, na defesa do princípio de que seria sempre menos gravoso para a economia real do País dever-se menos às empresas e pessoas, do que à banca nacional. Mas também esta contenção foi sol de pouca dura, na senda da enorme irresponsabilidade que não nos cansamos de denunciar. De menos de 10 milhões em 2009, passou rapidamente para 20 milhões em 2010, conforme se pode verificar nestas contas que agora analisamos. Ou seja, em vez de haver contenção no endividamento municipal, conforme, aliás, esta Câmara se obrigava por via das regras daquele programa, o Município rapidamente duplicou o seu endividamento a fornecedores. Mas com uma grande diferença - agora já não há entidade bancária que nos empreste seja o que for e quem sofre, e quem vai sofrer ainda mais com tudo isto, são os fornecedores que acreditaram no senhor Presidente da Câmara Municipal de Lamego.

3º – Entrando agora no corpo fundamental do Relatório, e depois de se fazer uma análise, que consideramos adequada e necessária, ao comportamento dos nossos recursos humanos, e de nos ser apresentado um quadro claro das participações do Município nas sociedades e parcerias que integramos, parecendo assim que estávamos a caminhar para a direcção certa, em resultado já das decisões do Tribunal de Contas, e eis que somos surpreendidos com um texto de natureza conceptual em torno do fenómeno das mudanças que caracterizam as sociedades contemporâneas, e que não passa, afinal, de um plágio descarado de trechos de uma dissertação de Mestrado apresentada em 2008, na Universidade Federal de Santa Maria, no Brasil, por Anderson de Medeiros Beck, bem como de cópia também integral de um trecho do Plano de Saneamento Financeiro da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho.

4º – Confesso que não tive nem paciência, nem tempo, para averiguar a extensão deste completo desrespeito pela propriedade intelectual dos outros, mas ficam ao menos os apontamentos que seguem:

Presidente

Secretário

- a) Relatório de Gestão, pág. 16.: “Essa avassaladora onda de mudanças, iniciada na metade do século vinte, espalha-se por todos os cantos, em uma progressão cada vez mais acelerada.”

Dissertação de Mestrado, pág. 19.: “Essa avassaladora onda de mudanças, iniciada na metade do século XX, espalha-se, por todos os cantos, em uma progressão cada vez mais acelerada.”

- b) Relatório de Gestão, pág. 16.: “A turbulência no ambiente impõe às organizações públicas a necessidade de constantes ajustes e adaptações em seus processos de gestão para responderem de forma mais eficaz a esse novo contexto. As organizações que sobrevivem são as que têm capacidade de reagir a esses desafios.”

Dissertação de Mestrado, pág. 19.: “A turbulência no ambiente impõe às empresas, a necessidade de constantes ajustes e adaptações em seus processos de gestão, para responderem, de forma mais eficaz, a esse novo contexto.

Para Nadler e Tushman (1995), as empresas que sobrevivem são as que têm capacidade de reagir a esses desafios”.

Troque-se “organizações” por “empresas” e verifiquem-se os resultados... Uma verdadeira tristeza. Nem sequer conseguem ser originais nos textos que produzem, ou sérios nas citações que fazem, por deliberada omissão às referências bibliográficas.

- c) Da mesma forma que na página 23, quando o Relatório de Gestão refere que, e cito, “o país está mergulhado na maior crise financeira e económica mundial dos últimos 80 anos...” e continua por aí fora, mais não faz também que plagiar as considerações patentes no Plano de Saneamento Financeiro da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, conforme se pode comprovar pela leitura do referido documento, na página 5, sobre os aspectos macroeconómicos da envolvente externa esgrimidos naquele Plano. Curioso e, de certa forma, premonitório, o facto de terem ido copiar um texto de um Plano de Saneamento Financeiro de um outro Município, de Maio de 2009, e que também se encontra a braços com uma grave crise financeira municipal.

5º - A partir daqui o Relatório centra-se no designado “Desenvolvimento Estratégico” para o período 2010/2013 onde, evidentemente, entre coisas acertadas

Presidente

Secretário

e outras menos avisadas lá vai construindo a ilusão de estarmos perante investimentos fundamentais para o desenvolvimento de Lamego quando, em boa verdade, o Relatório se fixa quase exclusivamente em projectos para a cidade, remetendo para o completo ostracismo a restante realidade concelhia, como se o resto do concelho não existisse, e ainda assim, no plano dos investimentos urbanos, para uma maioria de projectos que ainda nem sequer foram iniciados.

Que sirva, ao menos, para os senhores Presidentes de Junta reflectirem bem, e uma vez mais, sobre o papel que lhes cabe na perspectiva e entendimento que deles fazem esta coligação autárquica!

6º - Com meritória exclusão para os Centros Escolares, obras efectivamente concluídas ou em fase de execução, embora seja importante lembrar aqui que o Partido Socialista foi contra o Plano Escolar do Concelho de Lamego, por considerar então que se tratava de um projecto desequilibrado, por excesso de construção civil e defeito de prudência e contenção na despesa, como agora se verifica ser. Três Centros Escolares no Concelho de Lamego é manifestamente exagerado já que dois seriam mais que suficientes para colmatar as necessidades actuais e futuras da população escolar do nosso concelho. Hoje já se sabe perfeitamente que irão existir salas de aula e espaços pedagógicos que ficarão desocupadas e ao abandono nos Centros Escolares, por manifesta inexistência de população escolar.

7º - Portanto, e em boa verdade, mais que um Relatório de Gestão de 2010, este documento deve ser entendido como um segundo Plano de Actividades para 2011, revisto e piorado em relação ao primeiro, uma vez que apenas se refere, quase em exclusivo, a projectos que ainda não estão em fase de execução, mas apenas nas intenções dos actuais responsáveis autárquicos, em projecções esgrimidas até à exaustão como argumentos validadores dos incumprimentos legais detectados pelo Tribunal de Contas.

Parece-nos que este executivo, à semelhança do anterior, e todos os políticos da coligação que o suporta, entendem que cumprir o que estabelece a lei é assunto de somenos importância, a fazer fé nas declarações públicas das comissões políticas do PSD e do CDS-PP, em apoio tão desassombrado quanto irresponsável no que toca à defesa dos procedimentos ilegais destes executivos.

Presidente

Secretário

8º - Projecções essas que a partir da página 23 se assumem na sua integralidade, porquanto no capítulo do enquadramento macroeconómico são apresentadas as perspectivas para a Economia Portuguesa e para a situação financeira do Município para o ano de 2011 e seguintes (plagiando, como atrás se provou), mas não cuidando em fazer o mesmo tipo de considerações, mas em sentido inverso, como deveria ser num verdadeiro Relatório de Gestão. Ou seja, em vez de fazer projecções, que devem ser feitas em sede de Plano e Orçamento, deveria este documento evidenciar constatações de resultados e consequências pela análise da evolução financeira do Município, referente aos anos de 2006 a 2010, como depois se faz no que toca ao Relato Financeiro, embora reportando apenas ao período de 2007 a 2010.

9º - Mas convém não esquecer aqui que do conjunto dos projectos descritos no capítulo das prioridades estratégicas, o projecto Viver Lamego – Valorização e Integração Urbana do Centro Histórico de Lamego, projecto este que tem servido de bandeira contra tudo e contra todos, nomeadamente contra as deliberações do Tribunal de Contas, existe um projecto designado por “Largo da Feira” onde impera o famigerado Pavilhão Multiusos, cuja construção continua envolvida na mais nebulosa e densa opacidade.

Neste momento, e depois do enorme conjunto de vicissitudes por que já passou, importa saber coisas tão simples como estas – mas afinal quem está a fiscalizar e a acompanhar esta obra? Quem são os responsáveis por tudo o que se lá passa? Quem autorizou e em que termos se processam os sucessivos adiamentos para a sua conclusão? Que custos actuais e futuros teremos por causa de uma obra que está a ser executada por uma parceria público/privada que, segundo o Tribunal de Contas, foi constituída de forma ilegal, sendo a decisão da sua constituição nula e de nenhum efeito?

10º - Em matéria de Relato Financeiro, importa reter os baixos níveis percentuais de execução orçamental, para termos uma ideia clara da verdade incontornável que o Tribunal de Contas designa como criação deliberada de uma “ilusão de suficiência”, que se mantém nas contas de 2009 e de 2010.

De facto, a taxa de execução orçamental quedou-se por uns fracos 40,6%, o que dá bem conta do irrealismo destes Orçamentos. Sempre dissemos que não era sério

Presidente

Secretário

nem realista elaborar Orçamentos de mais de 50 milhões de euros quando a realidade municipal teria que se ficar, obrigatoriamente, pela ordem dos 20 milhões. Convém não esquecer que dos 22 milhões de euros realizados, mais de 2 milhões se devem à contracção de empréstimos bancários e à venda de direitos de superfície de bens públicos, situação que não se repetirá no futuro, pela evidente razão de termos esgotado todas as possibilidades de recorrer ao crédito bancário, e não haver já mais bens a “comodar” às empresas Lamego Convida e Renova.

11º - E é importante retermos alguns dados relevantes nas considerações deste Relatório, ainda que de forma avulsa, dado o escasso tempo de que dispomos para analisar tão complexos documentos, como por exemplo:

- a) Se os investimentos defendidos pela coligação como sendo estruturantes para o desenvolvimento socioeconómico do concelho de Lamego são assim tão decisivos e importantes, então porque é que as receitas dos impostos indirectos (os impostos pagos em função da vitalidade do tecido empresarial lamecense) se reduziram, em 2010, a uns míseros 47.294,97 €, quase quatro vezes inferior aos encaixes do distante ano económico de 2005, e correspondendo a um decréscimo gravíssimo de 82,8% em relação a 2009? Esta situação deveria obrigar a actual coligação autárquica e repensar seriamente sobre a tipologia dos investimentos que está a promover, uma vez que a realidade tem vindo a demonstrar que a mesma não tem qualquer razão ou fundamento no que defende e pratica, nomeadamente na promoção do desenvolvimento económico do nosso concelho.
- b) Se o prazo médio de pagamentos, em 2009, foi de 194 dias, como se afirma no presente Relatório de Gestão, então porque razão no anterior Relatório de Gestão (do ano de 2009), o mesmo prazo médio foi fixado em 145 dias? Seria pelo facto de, ao ultrapassar os 180 dias, o Município entrar em claro desequilíbrio financeiro estrutural e então, na altura para encobrir tal realidade, “forjou-se” um prazo médio fictício, aquém do real? Para nós, da mesma forma que o prazo médio de pagamento de 2009 foi “forjado”, como agora se comprova claramente que foi, também o prazo médio de pagamento do ano de 2010 o pode estar a ser. Não possuímos forma, neste momento, de provar que assim não seja, ou o seu contrário, pelo que fica aqui exarada a nossa legítima dúvida.

Presidente

Secretário

- c) Se as despesas com o serviço da dívida decresceram em 39% em relação ao ano anterior sem nenhuma explicação plausível ali apresentada, tendo em conta que não houve nenhuma alteração fundamental à estrutura da mesma (dívida), então porque razão se tenta esconder à Assembleia Municipal a principal e única razão do que aconteceu?

E o que aconteceu vislumbra-se na questão que levantei há uns dias atrás, em reunião do executivo, quando questionei o Sr. Presidente da Câmara no sentido de saber se teria havido alguma alteração às cláusulas contratuais de alguns empréstimos bancários, nomeadamente com a CGD. Foi então explicado que se tinham reformulado uma série de empréstimos, dando como resultado o reembolso das prestações de Setembro de 2010, que já se tinham liquidado; e o diferimento no tempo no pagamento das prestações de Dezembro do mesmo ano, resultando num encaixe extraordinário de receita na ordem de meio milhão de euros para os cofres municipais e, assim, se fazer face a problemas de tesouraria.

É evidente que, para nós, este artifício negocial é ilegal, porque aumenta a dívida fundada do município sem qualquer decisão do executivo, nem deliberação da Assembleia Municipal! E sem o competente visto do Tribunal de Contas, o tal que, segundo o Sr. Presidente da Câmara, toma decisões de carácter legal em termos políticos e, como tal, talvez até nem seja assim tão importante a sua submissão às competentes entidades tutelares. (Como devem calcular, esta minha asserção é absolutamente irónica).

12º – Finalmente constata-se que no actual Relatório de Gestão ainda se não encontra vertida nenhuma medida, ou intenção, correctivas às irregularidades e ilegalidades detectadas na auditoria do Tribunal de Contas. Auditoria esta que, por muito que o Sr. Presidente da Câmara, senhores Vereadores da Coligação e membros da Assembleia Municipal que os apoiam e suportam, digam ou façam na tentativa de minimizar ou relativizar as suas implicações, irá ter consequências muito negativas que se abaterão sobre todos nós. E fazer como a avestruz, enfiando a cabeça na areia para ver se o mal nos passa ao lado, não nos irá resolver a grave situação para que esta coligação nos empurrou a todos.

II – Prestação de Contas:

Presidente

Secretário

Este documento deve ser interpretado à luz do que foi orçamentado e programado em Plano e Orçamento do mesmo ano, cruzando a evolução das contas de gerência dos últimos anos nos sectores não referidos no respectivo Relatório de Gestão. Assim, podemos constatar o seguinte:

1º – A pretensa contenção da despesa, que foi defendida como estando já a ser implementada no ano anterior (a fazer fé no que durante o ano de 2010, tanto o Sr. Presidente da Câmara como os Srs. Vereadores foram afirmando que estavam a promover), não tem reflexo na execução orçamental, quando confrontada com os valores de 2009, uma vez que:

- a) As despesas do exercício com o pessoal foram, em 2009, de 4.306.600,58 €, e em 2010 de 4.664.396,75 €, correspondendo a um aumento de 8,3 %;
- b) As despesas com aquisição de bens e serviços foram, em 2009, de 8.089.993,81 €, e em 2010 de 10.398.412,55 €, correspondendo a um aumento de 28,5 %;
- c) As despesas correntes, globais, do exercício foram, em 2009, de 17.270.092,38 € e em 2010 foram de 17.939.619,11 €, a que corresponde um aumento de 3,9%;
- d) As despesas de capital do exercício foram em 2009 de 24.405.895,54 € e em 2010 de 26.591.290,41%, correspondendo a um aumento de 9%;
- e) As despesas totais do exercício ascenderam em 2009 a 41.714.746,69 € e em 2010 ascenderam a 44.530.909,52 €, a que corresponde um aumento de 6,8%;

É portanto absolutamente falso que tenha havido contenção na despesa, sobretudo na despesa que mais importaria conter e que é, obviamente, a despesa corrente, já que em teoria um aumento da despesa de capital, desde que sustentado e bem aplicado, deverá ser entendido como saudável para o bom desempenho das nossas funções autárquicas.

2º – E é claro também que os valores apresentados no ponto anterior correspondem às despesas do exercício, mas não às despesas efectivamente liquidadas, porque tanto em 2009 como em 2010, os compromissos que ficaram por pagar ascenderam, respectivamente, a 16.291.836,03 € e a 22.738.505,14 €, o que nos dá bem conta do abismo para onde velozmente nos estamos a aproximar, já que a solvabilidade das contas municipais se estão a agravar de forma exponencial,

Presidente

Secretário

irreversível e incontrolável, perante a bonomia e complacência dos protagonistas e apoiantes desta coligação PSD/CDS-PP.

3º - Do mesmo modo que percebemos a evolução dos encargos assumidos e não pagos a fornecedores, que passam de 9.302.387,69 € em 2009, depois do recurso ao mecanismo de saneamento financeiro disponibilizado pelo governo socialista (o tal governo vigarista, no dizer do Sr. Presidente da Câmara), na ordem dos 6.500.000 €, que de pouco ou nada serviu, uma vez que em 2010, os encargos assumidos e não pagos dispararam para os 19.752.862,21 €, mais que duplicando num ano as dívidas a fornecedores.

E não obstante toda esta precária e perigosa situação, o que ouvimos dizer por parte do Sr. Presidente da Câmara, é que tudo está bem e que irá, inclusivamente, aumentar a dívida municipal, para fazer face aos encargos dos futuros investimentos que se propõe ainda realizar até ao final do mandato.

Por mais que procure, não consigo encontrar nenhuma razão lógica e plausível para explicar tamanha irresponsabilidade...

4º - Trocado por miúdos, o que o Sr. Presidente está a dizer aos lamecenses é que, embora devendo quantias enormes a empresas que fornecem bens e serviços ao município de Lamego; embora já não tenha qualquer margem de manobra para recorrer às instituições bancárias, que já lhe recusam crédito; embora continue incrivelmente a gastar, todos os anos, pelo menos o dobro do que consegue encaixar em termos de receitas; embora tenha pela frente um monstruoso e complexo problema de natureza jurídica, por força dos resultados apurados na auditoria às contas de 2008, o Sr. Presidente da Câmara ainda se propõe piorar a situação para níveis impensáveis, defendendo que tudo está bem.

5º - Mas a verdade é que não está bem, e as finanças municipais estão completamente exauridas, por responsabilidade exclusiva do Sr. Presidente da Câmara de Lamego, e dos seus colaboradores antigos e actuais, a que a crise actual confere particular gravidade, antecipando no tempo aquilo que não deixaria de acontecer uns tempos mais tarde – a falência anunciada das finanças municipais, uma vez que é nosso entendimento que o Município de Lamego, por tudo quanto já referimos atrás, pelas constatações patentes na auditoria do Tribunal de Contas (que se mantêm integralmente e se foram agravando em 2009 e 2010), já se encontra em situação de desequilíbrio estrutural, a exigir uma imediata

Presidente

Secretário

intervenção no sentido do saneamento financeiro municipal e resolução da grave situação em que nos encontramos.

6º - E achamos, sinceramente, de uma falta completa de ética e moralidade na condução das coisas públicas, dever tanto a tanta gente e dizer com todo o à vontade que se propõe penalizar ainda mais as empresas e pessoas que um dia confiaram nesta Câmara, porque quando se propõe aumentar ainda mais a dívida a terceiros isso significa que não só não se pretende pagar a quem se deve, como se assume publicamente que ainda vai proceder ao aumento substancial da dívida pública municipal, situação que consideramos absolutamente intolerável.

Não há obra nenhuma que consiga justificar uma gestão tão irresponsável, da mesma forma que achamos que não haverá nenhum cidadão que, sendo minimamente sério e responsável, consiga entender e concordar com tais procedimentos.

Nós não concordamos e, por tudo isto, e porque entendemos que estas contas continuam a dar cobertura às ilegalidades e irregularidades detectadas na auditoria do Tribunal de Contas, mantidas em 2009 e agora também em 2010, votamos contra este Relatório de Gestão e respectiva Prestação de Contas.

O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu ao Senhor Vereador Agostinho Ribeiro nos seguintes termos:

1 – Tenho, insistentemente, tentado explicar ao senhor vereador que a apresentação de candidaturas a fundos comunitários obriga à criação dos respectivos projectos no PPI – Plano Plurianual de Investimentos e à inscrição das verbas necessárias em orçamento. E que, a par do desenvolvimento e apreciação das candidaturas, se vão desenvolvendo os projectos técnicos, obtidos os pareceres legais obrigatórios, adquirindo terrenos e desenvolvendo todas as iniciativas necessárias à concretização dos projectos. Tudo isto exige tempo. A própria aprovação das candidaturas está a demorar um ano e até mais nalguns programas do QREN e os concursos e as formalidades burocráticas também são exigentes e demoradas, as obras também levam o seu tempo a fazer e, finalmente, demoram a pagar porque não há disponibilidade de tesouraria. Toda esta inércia faz com que, repete-se, do enorme conjunto de candidaturas sólidas apresentadas pelo município a diversos programas do QREN, tenha sido aprovada uma ambiciosa carteira de projectos que, desde os centros escolares às acessibilidades,

Presidente

Secretário

passando pelo desporto com o Complexo Desportivo de Lamego, o pavilhão de Penude e o polidesportivo da escola da Sé, a regeneração urbana, a requalificação do escadório e da mata dos remédios, o parque urbano eco-eficiente e a nova biblioteca municipal, que representam cerca de 40 milhões de euros de projectos financiados, alguns a 85% a fundo perdido. Não são projectos para executar todos de uma vez. Nem tal seria possível. Serão executados à medida das nossas disponibilidades financeiras e nos termos dos contratos de financiamento assinados com o QREN. É absolutamente contraditório que o senhor vereador Agostinho Ribeiro critique o executivo municipal por prosseguir com um programa de forte investimento infra-estrutural com base em fundos comunitários e da mesma forma o critique por não escutar todos os projectos previstos em PPI em cada ano.

2 – As receitas correntes do município subiram 1.4% em relação a 2009, e as transferências do estado só subiram 0,9%, o que deita por terra a crítica do senhor vereador de que houve redução de receitas próprias por má gestão do executivo municipal, o que é completamente falso. De facto, a única rubrica com redução significativa de receita nos impostos indirectos foi a referente às taxas urbanísticas, o que se justifica não apenas com a crise profunda do sector imobiliário, mas também com a suspensão da aprovação de projectos, que se verificou durante mais de 6 meses, no âmbito do processo de apreciação e aprovação do Plano de Urbanização de Lamego.

3 – O aumento da dívida de curto prazo resulta essencialmente (i) das taxas de co-financiamento baixas que nos foram atribuídas nos centros escolares (cerca de 40% e não de 70% como tinha sido prometido pelo Governo), (ii) do sub-financiamento bancário dos centros escolares, porque o Governo e o Tribunal de Contas não aceitaram excepcionalizar o endividamento acima da despesa elegível (que entretanto, em mais um “malabarismo” do Governo, foi revisto passando de 70% para 80% e incluindo o valor dos terrenos), (iii) da incapacidade do município (e dos demais municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro) em suportarem as tarifas de água e saneamento “em alta” fornecidas pelas ATMAD, (iv) pela constante transferência de encargos da administração central para os municípios sem o necessário pacote financeiro, nomeadamente na área social e na educação e ainda (v) o reconhecimento de dívida vencida relativa a protocolos com as juntas de freguesia e com o contrato-programa com a Lamego Convida que são relativos a

Presidente

Secretário

2011. De referir, ainda, que parte do montante em dívida tem cobertura por verbas a transferir do QREN. Quanto ao relacionamento do município com os nossos fornecedores e empreiteiros, procuramos resolver os problemas do atraso nos pagamentos da melhor forma possível, recorrendo a contratos de factoring e fazendo pagamentos faseados. Com a crise que atravessa o país, os nossos fornecedores preferem ter crédito no Município de Lamego do que não terem obras em carteira.

4 – Quanto à ridícula acusação de plágio feita pelo senhor vereador, será anotada no relatório a lista dos documentos consultados pelo chefe de divisão de finanças e património e pelos técnicos que colaboraram na elaboração do relatório e contas, quando as referências ou citações efectuadas o justifiquem. Vê-se, com apreço, a preocupação dos funcionários da DFP em acompanharem outros exemplos de gestão municipal, a situação económico-financeira nacional e internacional, bem como a produção científica que se faz na área das finanças municipais.

5- Os senhores presidentes das Juntas de Freguesia conhecem como ninguém a realidade do concelho, as dificuldades da autarquia e as possibilidades de, conjuntamente, se resolverem ou pelo menos atenuarem as dificuldades que os Lamecenses vivem no dia a dia, na sede de concelho e nas freguesias.

6 – A Câmara Municipal e cada um dos membros do executivo, bem como as chefias e funcionários do município procuram cumprir escrupulosamente as leis a que a sua actividade está submetida. As conclusões da auditoria do Tribunal de Contas serão dirimidas em sede própria e as recomendações cumpridas pelo executivo municipal e pelos serviços do município.

7 – O projecto Viver Lamego que consiste numa intervenção de regeneração urbana do bairro do Castelo, Rua da Olaria, Avenidas Visconde Guedes Teixeira e Alfredo de Sousa e Largo da Feira é um projecto de 10.000.000 € financiado pelo QREN em 85% a fundo perdido. Neste projecto são parceiros investidores o Município, a Lamego Convida EEM e a Santa Casa da Misericórdia, e são parceiros colaboradores mais de duas dezenas de instituições da nossa cidade e concelho. Este projecto nada tem a ver com o projecto do Pavilhão Multiusos que está a ser construído pela parceria público-privada Lamego Renova S.A. É a Lamego Renova S.A., sociedade anónima de capitais maioritariamente privados, com 49% propriedade da Lamego Convida EEM, que é responsável pela construção,

Presidente

Secretário

fiscalização e financiamento do pavilhão multiusos. Quanto aos custos futuros e a prevalecer o parecer do Tribunal de Contas, que não merece a nossa concordância, mas que tem o apoio do senhor vereador Agostinho Ribeiro, os mesmos serão assumidos pelo município. É uma decisão do tribunal de contas que é prejudicial aos interesses do município e é lamentável que tenha o apoio do vereador socialista. Mas não estranhamos.

8 – A execução orçamental em 2010 foi óptima. Não em percentagem do orçamento, mas em investimento efectuado no concelho, que foi mais do que o efectuado por qualquer executivo socialista, mesmo quando as receitas dos impostos indirectos eram, como diz o senhor vereador, quatro vezes maiores. É caso para perguntar o que faziam ao dinheiro. Mas, como já se referiu, a parte mais significativa de redução dos impostos indirectos foi nas taxas urbanísticas. Preferimos menores taxas e melhor urbanismo, do que destruir estética e urbanisticamente a cidade de Lamego como foi timbre da gestão socialista, que maximizou as taxas com compensações financeiras por áreas não cedidas para equipamentos e zonas verdes descaracterizando completamente as áreas novas da cidade de Lamego e deixando ao abandono o centro histórico da cidade.

9 – O Prazo médio de pagamentos oficial e certificado pela DGAL para o ano 2009 foi de 145 dias. O prazo médio de pagamento calculado pelos serviços, por indicação do ROC inclui, além das dívidas contabilizadas pela DGAL até 31 de Dezembro, todas as facturas emitidas em 2009 mas que só foram registadas na contabilidade em Janeiro e Fevereiro de 2010. Trata-se, portanto, de uma precisão do cálculo que em nada afecta o rigor da informação considerada pela DGAL e apresentada no relatório de contas de 2009, muito pelo contrario, significa rigor e clareza. Poderia este dado ter sido omitido. Mas não foi, porque nada temos a esconder e mesmo nas situações de maior clareza e transparência o senhor vereador Agostinho Ribeiro levanta dúvidas. O problema não é da qualidade da informação. É claramente de quem a analisa.

10 – No final do ano recebemos participações financeiras do QREN que, para permitir o pagamento da contrapartida nacional, obrigaram a deferir no tempo o pagamento de prestações de empréstimos bancários que venceram em Setembro e em Dezembro. Este assunto foi claramente explicado da reunião de Câmara e foi referido que os serviços analisariam a situação e se efectivamente havesse lugar a

Presidente

Secretário

alteração das condições contratuais, seria esta operação submetida à apreciação das entidades competentes. Por manifesta má fé, vem o senhor vereador Agostinho Ribeiro insistir no assunto. Não estranhamos.

11- As despesas de funcionamento da Câmara foram efectivamente reduzidas. Contudo, a despesa corrente global subiu por força de novas despesas induzidas por alterações legislativas impostas pelo governo, nomeadamente aumento de impostos e de descontos para a segurança social e ADSE. Houve igualmente aumento de despesa com a aquisição de água e tratamento de efluentes às ATMAD, com os transportes escolares para os novos centros escolares, com as actividades extra-curriculares e outras despesas sociais ligadas à educação. É falso que a despesa com pessoal tenha subido. O que se verifica nas contas de 2010 é que, além da subida de taxas e impostos ligados ao trabalho, foram transformados em contratos de trabalho os recibos verdes e avenças que antes não eram considerados nesta rubrica. Mais uma situação de incompetência e má-fé do senhor vereador Agostinho Ribeiro.

12- A insistência do vereador Agostinho Ribeiro na realização pelo executivo municipal de uma operação de saneamento financeiro, que consiste na contracção de um empréstimo a médio prazo para pagar dívidas de curto prazo a fornecedores afigura-se muito estranha. O governo socialista conduziu o país à banca rota. Os bancos não têm dinheiro para emprestar às empresas e instituições. Os credores internacionais não confiam no país e os juros são proibitivos, tendo já ultrapassado os 10% na emissão de dívida pública nacional. O município de Lamego, face ao corte de transferências do Estado de que foi alvo e à redução de receitas próprias fruto da situação económica desastrosa a que a gestão socialista conduziu o país, não pode pagar juros deste valor. Seria aceitável pagar juros de 4 ou 5 %. Não de 9 ou 10%. O senhor vereador Agostinho Ribeiro tem consciência de que pedir um empréstimo de saneamento financeiro a 9 ou 10% implicaria o pagamento de juros tão elevados que com esse dinheiro se pagaria o Pavilhão Multiusos ou todos os projectos que temos aprovados com fundos comunitários? É preciso ser ponderado, ser responsável e sobretudo ser competente. O senhor vereador Agostinho Ribeiro não o é. Não defende os interesses de Lamego e dos Lamecenses e tudo faz para que o município fique arruinado. Não o consentiremos.

Presidente

Secretário

13- O senhor vereador Agostinho Ribeiro exige a suspensão imediata de todas as obras no Município de Lamego. Que pobreza de espírito! Pois eu afirmo que continuaremos a fazer as obras que são necessárias ao concelho de Lamego e que continuaremos a fazê-las quando o senhor vereador Agostinho Ribeiro deixar de ser vereador e regressar, definitivamente, ao Museu de Lamego. Que por sinal bem necessita de obras de requalificação, de investimento no seu espólio, de actividade e dinâmica cultural, no fundo, de ser verdadeiramente útil à cidade de Lamego. O senhor Vereador Agostinho Ribeiro que pense um bocadinho nisso e deixe a gestão do município com aqueles que mereceram a confiança dos Lamecenses.

O senhor Vereador **António Pinto Carreira** fez a seguinte declaração de voto”

A declaração de voto do Sr. Vereador, Agostinho Ribeiro, não deixa de traduzir, apenas, uma forma de fazer má política que, em nada contribui para o bem comum e, em concreto para o desenvolvimento da terra que diz servir.

Se analisarmos o seu texto, teremos de concluir que do mesmo não se extrai qualquer conclusão por menor valor que ela possa ter, pese embora afirme que dele retrai constatações e conclusões.

Não é o Sr. Vereador que nos dá lições de cumprimento da lei, nem é ele qualquer zelador da moral pública, da ética, da integridade ou do carácter. Sobre essa matéria não posso aceitar lições dessa natureza, nem vindas de quem vêm.

Uma coisa são as dificuldades económicas que o Dr. Agostinho não pode ignorar, porque elas são do conhecimento de todos, mesmo de todos os portugueses. Outra realidade é a razão ou razões que estão por detrás dessas dificuldades. Não são, apenas, os lamecenses que estão ou vão continuar a sofrer com a crise económica que também é financeira e que alastra por todo o país, mas sim todos os portugueses, ou a esmagadora maioria. E, tanto quanto se sabe, não tem sido esta coligação, ou estes vereadores e presidente quem têm governado o país. Dúvidas não restam do estado de pré-falência do país e não foi este executivo que governou o país. Face a estas circunstâncias, era tempo do Sr. Vereador, reconhecer as dificuldades, juntar-se a todos, porque todos somos poucos e propor medidas que viessem ajudar a ultrapassar a crise em que vivemos. Mas o entusiasmo político-partidário, leva-o a isso, á produção de longos textos, de crítica que de pouco serve, os interesses do concelho e da cidade, porque não se vê nele qualquer proposta, digna desse nome e que, de alguma forma contribua para o bem público.

Presidente

Secretário

Mas a declaração de voto contém imprecisões, certamente por dificuldade de leitura e de interpretação do Sr. Vereador que importa esclarecer.

Assim, no que diz respeito às despesas, não vamos por em causa os números indicados. Porém, tal relatório, em concreto na pág. 67, “Demonstração de Resultados” onde se constata que os fornecimentos e serviços externos, que é indicador da redução da despesa corrente, refere que o valor de 2009 foi de € 6.950.144,32 e que em 2010 atingiu o valor de € 5.572,263,08, mesmo analisadas as facturas que entraram em conferência com reconhecimento de custos. Como também se vê que a transferência e subsídios corrente concedidos também reduziu de € 2.173,601,53 para € 1.907.646,62. E, podemos adiantar, desde já que o ano de 2011 indicia já dados que nos permitem concluir numa redução da despesa, ainda mais substancial, reconhecendo, porém, que todos teremos de fazer um esforço suplementar e maior.

No que concerne às receitas de 2010 é bom evidenciar o seguinte:

Relativamente às receitas provenientes da Administração Central e da participação nos impostos directos e indirectos, assistiu-se a uma quebra nessa rubrica, mas também, é verdade que a rubrica de receitas específicas da autarquia e que se relacionam com as taxa e licenças tiveram um acréscimo de € 391.902,38, em 2009 para € 566.953,58,

Quero, por fim dizer ao Sr. Vereador que a lei no sentido técnico e amplo do termo não é letra morta para este executivo, sendo certo que todos nós tomámos as nossas decisões convictos que a decisão é a que serve o bem comum e que não viola a lei.

Se o Sr. Vereador pretende invocar neste relatório e contas de 2010, a auditoria efectuada pelo Tribunal de Contas relativamente a 2008, quero de novo, lembrar-lhe que já lá vão dois anos, que o aqui declarante não fazia parte do executivo em exercício de 2008 e que, neste executivo se irão dar cumprimento às recomendações da Auditoria, não significando isso que as decisões do Tribunal de Contas tenham o conforto do Ministério Público e a final, uma decisão jurisdicional que dê acolhimento a todas as teses dos Senhores Auditores. Mas, também não posso deixar de afirmar que estou solidário com o trabalhos efectuado e confio nas contas apresentadas, porque tenho como bom para mim que as pessoas servem o interesse público e não forjam números nem mascaram valores.

Presidente

Secretário

Mas, não deixo de considerar que ficará mal ao Sr. Vereador pôr em dúvida as contas de 2010, atingindo de alguma forma a honorabilidade dos seus autores, ao afirmar de forma gratuita que “ estas contas continuam a dar cobertura às ilegalidades e irregularidades detectadas na auditoria do Tribunal de Contas, mantidas em 2009 e agora também em 2010”, dando a entender que há alguns dados que terão sido forjados. Paciência.

Como entendo que as contas apresentadas traduzem a realidade da situação financeira da autarquia, merecem a minha aprovação.

O senhor Vereador **Jorge Guedes Osório Augusto** fez a seguinte declaração de voto”

O Relatório de Gestão em apreciação mereceu o meu voto favorável, pois que em minha opinião, o mesmo obedeceu às normas estabelecidas para a sua elaboração, tendo ainda havido o cuidado de fazer uma pormenorizada descrição da acção do actual Executivo bem como do respectivo enquadramento no contexto nacional.

Grande parte das acções que aqui são referidas vêm de decisões tomadas pelo anterior Executivo (2005-2009), as quais quanto julgo saber, foram tomadas na sua maioria, com o apoio dos Senhores Vereadores do Partido Socialista que o integravam.

Todos estamos cientes das consequências que advieram para os Cidadãos, as Empresas e também as Autarquias, resultantes dos grandes cortes orçamentais impostos pelo actual Governo demissionário do Partido Socialista e que se reflectiram já em 2010, com significativas restrições orçamentais, as quais inevitavelmente conduziram a uma retracção no investimento, obrigando assim a repensar todos os projectos, e consequentes compromissos, já que parte destes estão condicionados a transferências de programas comunitários, as quais têm registado enormes atrasos.

Aliás, infelizmente já neste preciso momento e fruto de continuadas actuações desastrosas do Governo agora demissionário, como é reconhecido pela grande maioria dos analistas económicos, chegamos a “ um beco sem saída “, não tendo ainda a verdadeira noção das consequências dramáticas, a que tão desastrosa gestão nos levou, isto é infelizmente uma evidência!

Presidente

Secretário

Como inevitável consequência, toda a economia local, esta fortemente assente na construção civil e agricultura ressentiu-se de imediato, provocando uma enorme quebra nas receitas do Município.

No que ainda respeita á análise técnica e respectivo enquadramento do Relatório, não me parece que se possam criticar determinadas abordagens, considerando-as de mero plágio e copiadas de documentos de outras entidades, pois que em minha opinião, elas são extractos de análises económicas feitas por especialistas e ainda por uma das principais Entidades de informação económica e financeira do País, designadamente o Banco de Portugal, através dos seus Boletins trimestrais, os quais são utilizados por todos os agentes que têm por missão a análise destas matérias. Antes considero que a comparação dos vários aspectos técnicos aqui referidos, com a situação económica actual do País, demonstra que os Técnicos do Município estão atentos e suportaram-se em análises económicas que o Banco de Portugal emite publicamente, com o intuito de as fazer chegar a quem tem como responsabilidade analisar e tecer considerações financeiras, e perspectivar planos, bem como para o público em geral.

Por último, queria reafirmar que o actual Executivo, está atento ás recomendações expressas pelo Tribunal de Contas no seu Relatório, e ciente que actua no cumprimento da legalidade. Como demonstração do que aqui refiro, foi deliberado em reunião de Executivo do passado dia 5 de Abril, criar a Comissão de Acompanhamento do Cumprimento das Recomendações Formuladas pelo Tribunal de Contas, conferindo assim a esse Relatório toda a relevância que o mesmo nos merece.

02-ASSUNTO: 1ª REVISÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA E 1ª REVISÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA (COD 43)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 166/43/11 do senhor Presidente da Câmara para que, tendo em atenção a necessidade de reforçar rubricas da despesa, utilizando o saldo de gerência do ano anterior, seja aprovada a 1ª Revisão do Orçamento da Despesa, no montante de 1.164.928,79€, reforçando-se as despesas com os transportes escolares, com a recolha dos resíduos sólidos, bem como as relacionadas com a iluminação pública, e inclusão de uma nova rubrica de despesa, destinada à participação no capital social da fundação Dr. João de

Presidente

Secretário

Almeida, e à 1.^a Revisão do Orçamento da Receita, com a inclusão de uma nova rubrica 16.01.01. (saldo orçamental na posse do serviço).

Mais propõe que o processo seja remetido à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Deliberado: Aprovada por maioria, com os votos a favor do senhor Presidente da Câmara e dos senhores Vereadores António Pinto Carreira, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto e Margarida José César Osório Silva Duarte e a abstenção do senhor Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro.

Ausente o senhor Vereador Manuel José do Carmo Coutinho

03-ASSUNTO: MINUTA

Proposta do senhor presidente da Câmara para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberado: Aprovados, por unanimidade, em minuta, para efeitos de cumprimento imediato.

04-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às 10 horas e 20 minutos, da qual foi lavrada esta acta que vai ser assinada por si e pelo Assistente Técnico do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Joaquim dos Santos Mateus.

O Presidente,

O Secretário,